

Bresser-Pereira critica juros altos, câmbio baixo e ajuste fiscal frouxo

Cristina Borges Guimarães
Gazeta Mercantil, 21.5.2007

Há 11 anos sem publicar um livro sobre o Brasil, Luiz Carlos Bresser-Pereira lança amanhã, em São Paulo, "Macroeconomia da Estagnação" que reitera suas críticas às políticas ortodoxas convencionais e defende o novo desenvolvimentismo. Em entrevista à *Gazeta Mercantil*, o ex-ministro da Fazenda disse que buscou explicar porque o Brasil cresceu tão pouco após a estabilização. "Há duas explicações, uma política e outra econômica. A política é que perdemos a idéia de nação ao aceitar o Consenso de Washington e deixamos de ter uma estratégia nacional de desenvolvimento. A econômica está relacionada à adoção de um modelo ortodoxo convencional apoiado no tripé juros altos, câmbio baixo ou não competitivo, e ajuste fiscal frouxo", resume Bresser-Pereira.

O economista, que se auto-classifica keynesiano, afirma que, com reservas internacionais crescentes e superávit em conta corrente, o Brasil não enfrentará nenhuma crise, mas continuará a crescer menos que seus concorrentes. "Crescer 4% este ano é muito ruim. Temos que crescer também em termos per capita e substancialmente mais que os países ricos para fazer a convergência em relação a eles. Temos que crescer como os asiáticos, cerca de 7%, ou ficaremos para trás. O País precisa sair da armadilha do juro alto e câmbio baixo que está gradualmente matando a sua indústria e já está transformando-a em 'maquila'", afirma se mostrando preocupado com a queda sistemática da participação da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) e da produção de bens de maior valor agregado.

"Nenhum país consegue crescer sem uma taxa de câmbio competitiva, ou seja, aquela que viabiliza a indústria que esteja no estado da arte da tecnologia. No entanto, existe uma tendência nos países em desenvolvimento de que esta taxa seja sobre-apreciada ou não competitiva", alerta defendendo que o Brasil jamais deve voltar a registrar déficits em conta corrente a fim de crescer financiado por poupança externa. De acordo com Bresser, o Brasil vive um momento de "populismo cambial" uma vez que quando o câmbio valoriza os salários aumentam e a inflação cai deixando todos felizes.

Doença Holandesa

Uma falha de mercado grave que permite que um país mantenha seu equilíbrio em conta corrente a vida inteira, mas, ao baixar a taxa de câmbio mais que o necessário, a indústria se torna inviável. Essa é a definição de Doença Holandesa ou "maldição dos recursos naturais", que, segundo Bresser-Pereira, afeta o Brasil em decorrência do agronegócio. "Isso é uma coisa que acontece permanentemente no País e precisa ser neutralizada por meio da administração da taxa de câmbio", diz. O economista acredita que tal neutralização pode ser feita com juros mais baixos, compras de reservas e, em certos momentos, com controle de entradas.

Bresser-Pereira defende a negociação com os empresários do agronegócio para definir um imposto variável de exportação para os produtos que são causa de Doença Holandesa sem que nenhum prejuízo seja causado aos exportadores. "A lógica do imposto é deslocar a curva de oferta desses produtos para cima e com isso a taxa de câmbio atingiria o nível necessário para viabilizar o resto da indústria como fazem os noruegueses com o petróleo e os chilenos com o cobre", explica destacando que caso o imposto sobre exportação não seja adotado será necessário elevar tarifas de importação em todos os setores – menos os ligados a recursos naturais – para neutralizar de uma forma pouco eficiente a Doença Holandesa.

Juros e déficit público

Segundo ele, o desequilíbrio fiscal brasileiro é outra questão que só será equacionada quando o problema das taxas de juros elevadas for resolvido. "O Brasil precisa de um segundo plano estratégico de estabilização baseado no ajuste fiscal para voltar a crescer. A ortodoxia convencional que impera no País desde 1994 é quem define as metas fiscais, mas só definiu meta um pouco mais dura a partir de 1999, de 3,5% de superávit primário, ampliada para 4,25% em 2003", afirma lembrando que essas metas são atingidas rigorosamente há oito anos, mas que o País continua com desajuste fiscal. "Ou seja, não há interesse no ajuste fiscal. Porque superávit primário e não déficit público? Isso não é suficiente, precisamos zerar o déficit público e colocar ordem na casa. A alternativa é um superávit primário de 8,5% do PIB, percentual que é gasto com juros. Se não tivéssemos que pagar tanto juro, poderíamos ter um déficit primário menor, mas com déficit público zero."

O caminho apontado por Bresser-Pereira passa por uma política firme de ajuste fiscal combinada com a redução da taxa de juros e a busca do equilíbrio cambial. Ele lembra que a situação fiscal de um país não deve ser analisada apenas pela relação dívida/PIB, mas também pela relação juros pagos/PIB. "Não podemos dizer que dois países que apresentam o mesmo superávit primário têm situação fiscal igual. Onde o juro é mais alto a dívida é maior", afirma ressaltando que no segundo quesito o Brasil é o pior lugar do mundo.

PAC x Avança Brasil

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi considerado por Bresser-Pereira "uma boa política de organização dos investimentos públicos e parcialmente privados". Segundo ele é uma estratégia muito semelhante à desenvolvida no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) durante a gestão Kandir no Ministério Planejamento chamado Avança Brasil. "O Avança Brasil não mudou o quadro econômico do governo FHC como o PAC não mudará o quadro econômico do governo Lula. Só uma mudança na política macroeconômica pode mudar esse quadro", afirma o economista se dizendo otimista com isso.

"Vejo uma redução na hegemonia dos Estados Unidos e da hegemonia neoliberal dos países ricos depois do fracasso dessas políticas na América Latina e na Ásia. Os asiáticos que adotaram juros baixos, câmbio competitivo e ajuste fiscal duro crescem extraordinariamente. Já Argentina e Rússia, que adotaram a ortodoxia tradicional nos anos 90, sofreram desastres nacionais e mudaram suas políticas obtendo um enorme sucesso atualmente. O Brasil também pode perceber isso e mudar", diz Bresser para justificar seu otimismo.

Argentina

Para Bresser-Pereira não há dúvidas de que a Argentina tem hoje uma política-econômica melhor que a brasileira. "Trata-se de um país com taxas quase chinesas de crescimento. A Argentina tem zero de déficit público, nós temos 3%. A Argentina tem taxa de câmbio competitiva de um por três, nós de R\$ 3 baixamos para R\$ 2 por dólar. A Argentina tem imposto na exportação e o Brasil não tem. A Argentina tem taxa de juros real de 1% ao ano, nós temos de 9% ao ano. Estamos melhor que a Argentina apenas em termos de inflação. Eles aprenderam com a crise.